

Educação

Quatro milhões de condenados

Um levantamento recentemente concluído pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), que pertence ao Ministério da Economia, traçou um cenário trágico no âmbito da nossa educação básica: nos próximos cinco anos, 4 milhões de crianças de sete a 14 anos correm o risco de ter aulas com 167 mil professores sem a formação técnica e pedagógica adequada para lecionar no sistema de ensino de 1º grau.

Coordenado pela pesquisadora Angela Rabelo Barreto, que também trabalha na Secretaria de Assuntos Estratégicos, o levantamento do Ipea confirma em 1992 o grave problema que já havia sido identificado em 1987 pelo censo educacional promovido pelo Serviço de Estatística do Ministério da Educação: 13% dos professores do ensino básico são "leigos", isto é, não estão preparados para ensinar — entre outras razões porque nem sequer possuem o primário completo. Decorrente do achatamento salarial da categoria e do clientelismo na contratação de professores em algumas regiões, esse processo de degradação da qualidade média do nosso professorado colide frontalmente com a Lei nº 5.692, de 1971, que exige o 2º grau completo para os professores da 1ª à 4ª séries e o curso superior completo para os professores da 5ª à 8ª séries.

Segundo a pesquisa do Ipea, 51% desses professores "leigos" concentram-se no Norte e Nordeste, onde a precariedade das condições de saúde e trabalho dificulta o recrutamento e a fixação de recursos humanos minimamente habilitados para exercer

funções docentes. A falta de infra-estrutura básica é outro fator que desestimula os professores mais preparados a optarem pela carreira na rede pública. Atualmente, 27% das escolas públicas de 1º e 2º graus de todo o País não possuem serviço de água e esgoto — no Nordeste, este número sobe para 48% dos estabelecimentos. O serviço de fornecimento de energia elétrica também é precário: 47% das escolas da rede pública não dispõem de luz elétrica. Quanto ao número de salas de aula, 12,9% das escolas governamentais, atendendo a mais de 3 milhões de crianças, possuem uma única sala.

Como nenhuma nação consegue modernizar-se e desenvolver-se sem recursos humanos qualificados, o trágico cenário traçado pela pesquisa do Ipea revela que, se o governo federal continuar omissos em matéria de política educacional, dificilmente o Brasil terá condições de retomar o crescimento quando a inflação estiver definitivamente debelada.

Desperdiçando recursos vultosos na aventura dos Ciacs, quando deveria estar recuperando a rede escolar pública já existente e estimulando a elevação do nível qualitativo do professorado, o governo federal está cometendo um erro de consequências trágicas.

Enquanto os políticos convertem os Ciacs em instrumento eleicoeiro, 4 milhões de crianças, por causa da omissão das autoridades, estão sendo desde já condenadas à indigência cultural e à estagnação econômica, por causa da precariedade de sua formação escolar.